



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019.

TERMO ADITIVO N. 03 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019
(evento [0468009](#))

PROCESSO SEI N. [0001801-25.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 17/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRE/RO, E A EMPRESA AXA SEGUROS S.A., TENDO COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DE RISCO TOTAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral em Substituição, senhora **ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, brasileira, casada, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, **AXA SEGUROS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n. 19.323.190/0001-06, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1600, 15º andar, bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04543-011, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Telefone(s): (11) 3585-6400/3595-3684, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Senhora **ERIKA MEDICI KLAFFKE**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), E-mail(s): erika.medici@axa.com / luciana.carvalho@axa.com, Telefone(s): 2197437-4521 e por seu Diretor, Senhor **IGOR DI BEO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 22.803.969–SSP/SP e do CPF 279.651.408-02, E-mail(s): igor.beo@axa.com; telefone(s): (11) 3685-6400 / (11) 98981-7208,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 1017/2022-PRES/GABDG, de 10/08/2022 (evento [0873784](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

1. **Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 17/2019** (evento [0468009](#)) **por mais 12 (doze) meses, a partir das 24:00hs do dia 23/10/2022 até as 24:00hs do dia 23/10/2023.**

Subcláusula Primeira – No anexo I deste instrumento consta tabela demonstrando os reflexos desta prorrogação.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo II deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste termo aditivo é de **R\$ 45.203,43 (quarenta e cinco mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos)**, correspondente ao somatório do novo valor do Prêmio do Seguro (R\$ 30.203,43) e do valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado (R\$ 15.000,00), mencionado na Cláusula Sexta do contrato originário, que passará a constar conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL
A) Seguro de bens móveis e imóveis	R\$ 30.203,43
B) Valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS	R\$ 15.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do seguro contratado	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (A+B)	R\$ 45.203,43

Fonte: Informação 207/2022/SEMAP (evento [0864846](#))

Subcláusula Primeira – O valor da franquía somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo necessidade de empenho prévio.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa 339039, conforme Nota de Empenho 2022NE000481, de 11/08/2022 (evento [0879264](#)), a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Terceira - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 52.000,00.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019 (Prorrogação).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 16 de agosto de 2022.

ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO Pelo CONTRATANTE	
ERIKA MEDICI KLAFFKE Pela Contratada	IGOR DI BEO Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO ADITIVO N. 03 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019/TRE-RO

TABELA CONTENDO OS REFLEXOS DESTA PRORROGAÇÃO:

ITEM	MÓVEL	Porcentagem Prêmio TRE-RO	0,0622%
		Máximo Indenizável Saldo	Valor do Prêmio

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			Prorrogação 2022/2023
1	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Edifício Sede	R\$ 19.793.536,19	R\$ 30.203,43
2	Arquivo Geral - Prédio Locado	R\$ 538.414,38	
3	Fórum Eleitoral de Porto Velho	R\$ 2.492.071,57	
4	Almoxarifado/Depósito de Urnas/Patrimônio	R\$ 6.079.731,14	
5	Anexo III - Seção de Transporte	R\$ 2.512.608,17	
6	Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim	R\$ 851.132,59	
7	Fórum Eleitoral de Ariquemes	R\$ 1.588.848,25	
8	Fórum Eleitoral de Buritis	R\$ 847.501,53	
9	Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste	R\$ 786.216,97	
10	Fórum Eleitoral de Jaru	R\$ 1.773.436,34	
11	Fórum Eleitoral de Ouro Preto	R\$ 586.489,36	
12	Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	R\$ 979.072,93	
13	Fórum Eleitoral de Presidente Medici	R\$ 568.547,55	
14	Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Locado	R\$ 680.094,84	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15	Fórum Eleitoral de Cacoal	R\$ 1.209.363,00	
16	Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	R\$ 773.645,97	
17	Fórum Eleitoral de Vilhena	R\$ 598.400,90	
18	Fórum Eleitoral de Cerejeiras	R\$ 638.387,54	
19	Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	R\$ 878.433,16	
20	Fórum Eleitoral de Rolim de Moura	R\$ 577.692,30	
21	Fórum Eleitoral de Santa Luzia	R\$ 324.788,84	
22	Fórum Eleitoral de Alta Floresta	R\$ 681.717,35	
23	Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	R\$ 479.051,62	
24	Fórum Eleitoral de São Miguel	R\$ 764.575,22	
25	Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	R\$ 710.401,88	
26	Fórum Eleitoral de Costa Marques	R\$ 830.238,88	
	TOTAL	R\$ 48.544.398,47	R\$ 30.203,43

ANEXO II DO ADITIVO N. 03 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO (Valor inicial da Carta-Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas):**

Contrato/Aditivo/Apostila	Valor inicial do	Percentual de
---------------------------	------------------	---------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	contrato e valor de cada aditivo/apostila	acréscimo e de supressão deste aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 17/2019, assinada em 23/10/2019 – Volume IV do PA (evento n. 0468009). Vigência de: 23/10/2019 a 23/10/2020. Valor: R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 21/09/2020 – Volume VII do PA (evento 0589314). - Registro do desconto de 5%, em face da prorrogação da vigência contratual; e - Prorrogação contratual por 12 meses, de 23/10/2020 a 23/10/2021. Valor: R\$ 39.750,00	R\$ 39.750,00	-
Termo Aditivo n. 02, assinado em 22/10/2021 – Volume X do PA (evento 0753917). - Supressão contratual de 1,135% (- R\$ 280,58); e - Prorrogação contratual por 12 meses, de 23/10/2021 a 23/10/2022. Valor: R\$ 39.469,43	R\$ 39.469,43	-1,135%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Termo Aditivo n. 03, assinado em _/08/2022 – Volume XII do PA (evento 0879354). - Prorrogação contratual por 12 meses, de 23/10/2022 a 23/10/2023. Valor: R\$ 45.203,43	R\$ 45.203,43	-
---	---------------	---

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamentos de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 16/08/2022, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGOR DI BEO, Usuário Externo**, em 30/08/2022, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MEDICI KLAFFKE, Usuário Externo**, em 01/09/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 01/09/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 01/09/2022, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0879354** e o código CRC **2DC03DC0**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001801-25.2019.6.22.8000

0879354v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 207/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COMSEG para conhecimento da Sra. Coordenadora,

Ref.: A prorrogação da Carta-Contrato n.
17/2019 (0468009): Seguro predial para cobertura de risco total de bens
móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

Senhor Secretário da SAOFC,

O instrumento contratual em epígrafe assinado em 23/10/2019 terá sua vigência até as 24:00hs do dia 23/10/2022, conforme TERMO ADITIVO Nº 02 À CARTA-CONTRATO N. 17/2019 ([0753917](#)) e pode ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses da data da assinatura do contrato por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário, conforme estabelecido em sua Cláusula Quinta;

Tais serviços no âmbito desta Justiça Eleitoral são necessários, especificamente nas localidades atendidas pelos serviços contratados que mantêm atendimento ao público;

Tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada;

Na presente vigência ocorreu um sinistro de vendaval no prédio sede em 29/10/2021 que culminou numa indenização no montante de R\$ 265.108,11, conforme PSEI [0003481-74.2021.6.22.8000](#);

Após ser consultada a contratada **manifestou interesse** na prorrogação do contrato, conforme consta no (evento [0864809](#)), oportunidade em que apresentou a proposta do valor do prêmio do seguro, que foi juntado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao evento ([0864818](#)), conforme previsão da Subcláusula Segunda da Cláusula Quinta, que assim versa:

SUBCLÁUSULA SEGUNDA DA CLÁUSULA QUINTA - No caso de prorrogação deste instrumento, a contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração.

Acerca da vantajosidade, informamos que o contrato encontra-se no média de preços dos firmados pela Administração Pública, conforme lista a seguir:

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 2022							
Item	Órgão	Pregão	N. Pregão	UASG	VRD	PRÊMIO	VRD/PRÊMIO
1	TRESC	28/04/2022	122022	70020	R\$ 18.805.787,70	R\$ 17.033,00	0,0906%
2	EMBRAPA	11/02/2022	22022	135026	R\$ 27.260.000,00	R\$ 22.678,61	0,0832%
3	JF/MT	20/06/2022	62022	90021	R\$ 6.550.000,00	R\$ 2.320,53	0,0354%
						MÉDIA	0,0697%

Diante dos dados acima, obtemos uma **MÉDIA DE 0,0697%** da Porcentagem do Prêmio em relação ao valor em risco das supracitas contratação da Administração Pública. Com a prorrogação atual, a **Porcentagem do Prêmio do contrato do TRE-RO** com a empresa AXA Seguros representará **0,0622%**, por conseguinte, dentro da média das contratações da Administração Pública, comprovando a vantajosidade de se prorrogar o referido contrato.

Diante do exposto, demonstramos na tabela abaixo os reflexos desta prorrogação:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	IMÓVEL	Porcentagem Prêmio TRE- RO	0,0622%
		Máximo Indenizável Saldo	Valor do Prêmio Prorrogação 2022/2023
1	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Edifício Sede	R\$ 19.793.536,19	R\$ 30.203,43
2	Arquivo Geral - Prédio Locado	R\$ 538.414,38	
3	Fórum Eleitoral de Porto Velho	R\$ 2.492.071,57	
4	Almoxarifado/Depósito de Urnas/Patrimônio	R\$ 6.079.731,14	
5	Anexo III - Seção de Transporte	R\$ 2.512.608,17	
6	Fórum Eleitoral de Guajará- Mirim	R\$ 851.132,59	
7	Fórum Eleitoral de Ariquemes	R\$ 1.588.848,25	
8	Fórum Eleitoral de Buritis	R\$ 847.501,53	
9	Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste	R\$ 786.216,97	
10	Fórum Eleitoral de Jaru	R\$ 1.773.436,34	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11	Fórum Eleitoral de Ouro Preto	R\$ 586.489,36
12	Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	R\$ 979.072,93
13	Fórum Eleitoral de Presidente Medici	R\$ 568.547,55
14	Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Locado	R\$ 680.094,84
15	Fórum Eleitoral de Cacoal	R\$ 1.209.363,00
16	Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	R\$ 773.645,97
17	Fórum Eleitoral de Vilhena	R\$ 598.400,90
18	Fórum Eleitoral de Cerejeiras	R\$ 638.387,54
19	Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	R\$ 878.433,16
20	Fórum Eleitoral de Rolim de Moura	R\$ 577.692,30
21	Fórum Eleitoral de Santa Luzia	R\$ 324.788,84
22	Fórum Eleitoral de Alta Floresta	R\$ 681.717,35
23	Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	R\$ 479.051,62
24	Fórum Eleitoral de São Miguel	R\$ 764.575,22



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25	Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	R\$ 710.401,88	
26	Fórum Eleitoral de Costa Marques	R\$ 830.238,88	
	TOTAL	R\$ 48.544.398,47	R\$ 30.203,43

Por todo o exposto, encaminhamos os autos e solicitamos de Vossa Senhoria:

- **AUTORIZAÇÃO DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL por mais 12 meses**, iniciando a partir das 24h do dia 23/10/2022 até as 24h do dia 23/10/2023, completando assim 48 meses dos 60 meses previstos no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e previsto na Cláusula Quinta da carta-contrato, O VALOR DA REFERIDA PRORROGAÇÃO será de **R\$ 45.203,43 (quarenta e cinco mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos)** que corresponde a **R\$ 30.203,43 (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos)** relacionado ao novo Valor do Prêmio e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) do valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado*

Por fim, para o custeio da prorrogação pretendida, haverá a necessidade de emissão de nota de empenho no valor de **R\$ 30.203,43 (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos)** do item de despesa: **Seguro anual dos imóveis da JE-RO.**

* O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo, portanto, a necessidade do empenho prévio.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 25/07/2022, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001801-25.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Carta-Contrato nº 017/2019 - **CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCO TOTAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-RO** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 121 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – SEMAP ([0432498](#)), no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado, materializada na Carta-contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), com a empresa AXA SEGUROS S.A., CNPJ n. 19.323.190/0001-06, atualmente em plena vigência, nos termos do Termo Aditivo n. 02 ([0753917](#)).

02. Na Informação nº 207/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0864846](#)) a unidade gestora noticia a proximidade do término da vigência do ajuste de seguro predial, anotada para às 00:00hs do dia 24/10/2022, e solicita ao Secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugerido. Ainda alude a unidade que os serviços são de natureza contínua e que estão sendo prestados a contento pela empresa contratada.

03. Ao final, a unidade informa que para custeio do novo valor do contrato com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2022 no valor de **R\$ 30.203,43** (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos).

04. Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada manifestou interesse ([0864809](#)), observando que ocorreu o sinistro do vendabal do prédio-sede ocorrido em 29/20/2021 e indenizado em R\$ 265.108,11, e, ainda, nos termos da Subcláusula Segunda da Cláusula Quinta da Carta- Contrato nº 17/2019, apresentou proposta do valor do prêmio do seguro, documento juntado no evento [0864818](#).

05. Diante disso, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) determinou a programação orçamentária para cobrir a pretendida despesa pela COFC e a elaboração da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

minuta do instrumento contratual pela SECONT, após a AJDG para análise e deliberação quanto a minuta apresentada, consoante Despacho n. 1777/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0864953](#)).

06. Após o Despacho n. 1045/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0865028](#)), a Seção de Programação Orçamentária e Financeira ([0865063](#)) juntou a programação orçamentária no montante de R\$ 30.203,43 para custear a despesa no presente exercício, oportunidade em que registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário do exercício, adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

07. Em cumprimento ao comando acima mencionado, carreou-se aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 03 à Carta-contrato n. 17/2019 ([0870671](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0870673](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

08. Inicialmente, é importante esclarecer que a Corte de Contas admite tratar as contratações de seguro como sendo de serviços executados de forma contínua, conforme inteligência do Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

09. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

10. A Lei n. 8.666/93, no seu art. 57, inciso II, estabelece:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Como visto, **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Veja-se a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

12. O **segundo** requisito vem consubstanciado na assertiva “**iguais e sucessivos períodos**”, situação que se amolda perfeitamente ao pleito da unidade gestora do contrato, que o quer prorrogado pelo período de mais 12 (doze) meses, lapso idêntico àquele inicialmente ajustado.

13. O **terceiro** e último requisito reside nos **preços e condições mais vantajosos para a Administração**. Importante destacar que, para fins de balizamento dos preços a serem contratados, há orientação do Tribunal de Contas da União no sentido de que as pesquisas de preços dos serviços sejam realizadas preferencialmente no âmbito dos órgãos e entidades da própria Administração Pública, em atenção ao art. 43, IV c/c 15, V, da Lei n. 8.666/93, devendo vir aos autos, justificativas quando da impossibilidade e/ou inviabilidade.

14. Por certo, a prorrogação dos contratos de trato sucessivo, situa-se no juízo de conveniência e oportunidade da Administração, estando condicionado, entre outros aspectos, à demonstração da vantajosidade, principalmente sob o aspecto econômico. Nessa Linha é reiterada a orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, sendo certo que a aferição deverá ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Tal orientação foi observada na pesquisa realizada pela SET, segundo registrado na Informação nº 207/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0864846](#)), a SEMAP, pesquisou preços em contratos com similar objeto entre órgãos da Administração Pública (TRE-SC, EMBRAPA E JF-MT) para aferir a vantajosidade da prorrogação, concluindo que o contrato se encontra na média de preços das contratações públicas de seguro predial, uma vez que a Porcentagem do Prêmio do contrato deste Regional de 0,0622% está condizente com a média da porcentagem do prêmio, que é de 0,0697%.

16. Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta TERCEIRA prorrogação do ajuste ora em análise, pois o ínterim total atingirá 48 meses de vigência contratual, e que a possibilidade de prorrogação está expressamente garantida pela **CLÁUSULA QUINTA do instrumento contratual**. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto ([0864818](#)).

2.2 DA ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

17. A minuta de Termo Aditivo n. 03 ao Carta-contrato n. 17/2019 ([0870671](#)) juntada aos autos, este instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

18. Diante ao exposto, a manifestação da unidade gestora ([0864846](#)) e a disponibilidade orçamentária para o suporte da despesa ([0865063](#)), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses**, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Ainda, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0870671](#).

20. Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 03/08/2022, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 03/08/2022, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0871333** e o código CRC **B2C92A94**.

0001801-25.2019.6.22.8000

0871333v13



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0864846** e o código CRC **B117180E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001801-25.2019.6.22.8000

0864846v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001801-25.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Prorrogação da vigência – Carta-Contrato nº 017/2019 -
Contratação de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis
pertencentes ao TRE-RO.

DESPACHO Nº 1017 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da empresa AXA SEGUROS S.A., CNPJ 19.323.190/0001-06, especializada em seguro predial para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado, materializada na Carta-Contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), que se encontra em plena vigência, nos termos do Termo Aditivo n. 02 ([0753917](#)).

Nos termos da Informação nº 207/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0864846](#)), a SEMAP noticia que o término da vigência do ajuste de seguro predial está anotada para as 00h00 do dia 24/10/2022, solicitando ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugeridos.

Ainda na referida informação, a unidade gestora ressalta que os serviços são de natureza contínua e que estão sendo prestados a contento pela empresa contratada. Ao final, a SEMAP informa que, para custeio do novo valor do contrato com a prorrogação pretendida, haverá necessidade de emissão de nota de empenho para o exercício de 2022 no valor de **R\$ 30.203,43** (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos).

Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada manifestou interesse ([0864809](#)) e, nos termos da Subcláusula Segunda da Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019 ([0468009](#)), também apresentou a proposta do valor do prêmio do seguro, juntada no evento [0864818](#).

Por sua vez, a SAOFC encaminhou o pleito à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0864953](#)).

A COFC procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, no valor de R\$ 30.203,43 (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos), informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA), conforme evento [0865063](#). Foi informado, também, que a proposta orçamentária de 2022 está registrada no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#) ([0865028](#) e [0865063](#)).

Na sequência, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 3 à Carta-Contrato nº 17/2019 (evento [0870671](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0870673](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 121/2022 ([0871333](#)), no qual verificou não haver óbice para a prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019. Além disso, aprovou os termos da minuta do Termo Aditivo juntada aos autos pelo evento [0870671](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93.

Por fim, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do **prazo de vigência** da Carta-Contrato 17/2019 ([0468009](#)) por mais 12 (doze) meses, a partir das 24:00h do dia 23/10/2022 até as 24:00h do dia 23/10/2023, com fundamento no [art. 57, II, da Lei nº 8.666/93](#) c/c na Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 17/2019, e pela autorização para emissão de nota de empenho no valor de R\$ 30.203,43 (trinta mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos) em favor da empresa contratada AXA SEGUROS S.A., CNPJ Nº 19.323.190/0001-06 (Manifestação n. 360/2022 - evento [0872105](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP na Informação nº 207/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0864846](#)) são pertinentes, em especial acerca da prorrogação do contrato. Observa-se que há previsão na Cláusula Quinta da Carta-Contrato n. 17/2019 ([0468009](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA QUINTA - Esta Carta-Contrato terá vigência no período a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o término da data de vencimento da apólice do seguro, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

O caso em tela, amolda-se à hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de seguro predial para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, veja-se:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", verifica-se que foi atendido, conforme se observa do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Assim sendo, caso aprovado pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 17/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 24h00 do dia 23/10/2022**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 207/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP - [0864846](#)).

Verifica-se, também, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado, pois trata-se da TERCEIRA prorrogação da Carta-Contrato n. 17/2019, compreendendo, com a presente prorrogação, o total de 36 (trinta e seis) meses de vigência contratual.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, observa-se que a SEMAP, unidade gestora da contratação, pesquisou preços em contratos com o mesmo objeto entre órgãos da Administração Pública, para aferir a vantajosidade da prorrogação, concluindo que o contrato encontra-se **na média de preços** das contratações públicas de seguro predial, nos termos da Informação nº 207/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0864846](#)).

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO n. 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) autorizo a prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato nº. 17/2019 (0468009) firmada com a empresa AXA SEGUROS S.A., CNPJ Nº 19.323.190/0001-06, **por mais 12 meses, a partir das 24h00 do dia 23/10/2022 até as 24h00 do dia 23/10/2023**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Quinta do Contrato Originário;

b) autorizo a atualização do valor da Carta-Contrato n. 17/2019 (0468009), fixando seu novo valor em R\$ **45.203,43 (quarenta e cinco mil duzentos e três reais e quarenta e três centavos)**, correspondente ao somatório do novo valor do Prêmio do Seguro (R\$ 30.203,43) e do valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado (R\$ 15.000,00), mencionado na Cláusula Sexta do contrato originário; e

c) determino a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do Termo Aditivo.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 10/08/2022, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0873784** e o código CRC **084844F4**.